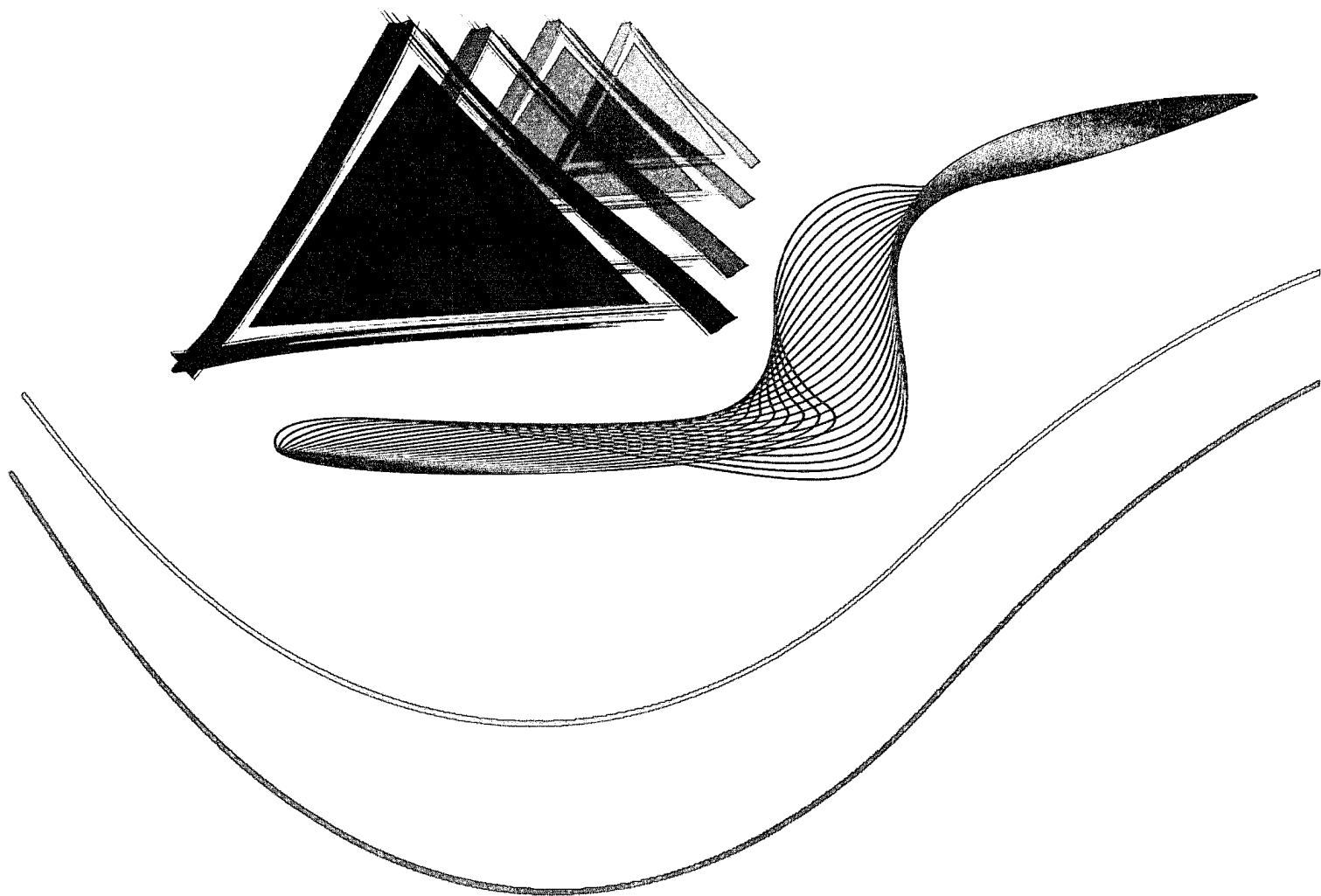


CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

SUBCONTROLADORIA DE AUDITORIA E CONTROLE DE GESTÃO

SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE AUDITORIAS E TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

DIRETORIA CENTRAL DE COORDENAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS





NOTA TÉCNICA Nº. 2320.3528.12

“Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais, HEMOMINAS”

2012



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO - CGE
Subcontroladoria de Auditoria e Controle de Gestão - SCG
Superintendência Central de Auditorias e Tomadas de Contas Especiais - SCAT
Diretoria Central de Coordenação de Tomadas de Contas Especiais - DCTE

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Governador do Estado de Minas Gerais

Antônio Augusto Junho Anastasia

Controlador-Geral do Estado

Plínio Salgado

Subcontrolador de Auditoria e Controle de Gestão

Eduardo Fagundes Fernandino

Superintendência Central de Auditorias e Tomadas de Contas Especiais

Henrique Hermes Gomes de Moraes

Diretoria Central de Coordenação de Tomadas de Contas Especiais

Denise Nascimento de Sá

Elaboração

Denise Nascimento de Sá

Revisão

Henrique Hermes Gomes de Moraes

Eduardo Fagundes Fernandino

Apoio Técnico

Deise de Oliveira Quirino



NOTA TÉCNICA Nº 2320.3528.12

PROCESSO DE AUDITORIA Nº 2320.632.32.1032.12

REFERÊNCIA

Consulta formalizada pela Presidente da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais, HEMOMINAS, por meio do Ofício PRE nº 385/2011, de 13/10/2011, reiterado pelo Ofício PRE nº 211/2012, de 07/05/2012, sobre o cabimento de instauração de Tomada de Contas Especial nas situações onde, após a conclusão do processo administrativo, servidores que receberam vantagens indevidamente não ressarciram o erário.

DESENVOLVIMENTO

A consulta foi realizada em tese, mas para maior clareza e exatidão da resposta foram realizadas reuniões entre a SCAT e a HEMOMINAS para esclarecer aspectos da mesma. Nossa manifestação está estruturada em dois itens, o primeiro trata das hipóteses nas quais a restituição ao erário é de responsabilidade de servidor que está vinculado à administração pública e, conseqüentemente, permanece recebendo remuneração ou proventos do Estado de Minas Gerais. O segundo aborda os casos onde o responsável pela reparação do dano é ex-servidor, não integrando mais as folhas de pagamentos do governo.

Inicialmente, informe-se que a primeira ação a ser adotada nos casos de concessões indevidas de vantagens e benefícios ao servidor é apurar a irregularidade do ato administrativo e o valor do débito, atualizado monetariamente, por meio de processo administrativo nos termos da Lei nº 14.184, de 31/01/2002, regulamentada, para esta situação específica, pela Resolução SEPLAG nº 37, de 12/09/2005.

Julso



O processo administrativo é a oportunidade para o servidor apresentar sua defesa e pode ser considerado uma medida administrativa que alcançando o ressarcimento ao erário tornará desnecessária a instauração da Tomada de Contas Especial.

1. Servidor integrante das folhas de pagamentos do governo

À administração é dada a prerrogativa de rever, a qualquer momento, seus atos considerados ilegais conforme disciplinado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

A Lei nº 19.490/2011, que dispõe sobre consignação em folha de pagamento de servidor público ativo ou inativo e de pensionista do Estado, em seu art. 4º estabelece as consignações compulsórias, ou seja, descontos que a administração faz na remuneração ou provento do servidor por força de lei ou mandado judicial.

Art. 4º São consideradas consignações compulsórias para fins do disposto nesta Lei:

(...)

V – reposição e indenização de valores ao erário;

(...)

VII – cumprimento de decisão judicial ou administrativa;

O Decreto nº 45.548/2011, regulamentando a Lei nº 19.490/2011, reforçou o conceito em seu art. 2º:

Art. 2º Consignação compulsória é o desconto incidente sobre a remuneração, efetuado por força de lei ou decisão judicial, compreendendo:

(...)

V – reposição e indenização de valores ao erário;

(...)

VII – cumprimento de decisão judicial ou administrativa;

LN56



Com a conclusão do processo administrativo, estabelecido pela Lei nº 14.184/2002 e regulamentado pela Resolução SEPLAG nº 37/2005, entende-se que as condições da Lei nº 19.490/2011 e do Decreto nº 45.548/2011 foram atendidas para que seja realizada a consignação compulsória do valor do débito, atualizado monetariamente.

Além disso, o procedimento administrativo de ressarcimento ao erário, por meio do desconto compulsório na remuneração ou provento do servidor indevidamente beneficiado, é significativamente mais ágil e econômico que a Tomada de Contas Especial (princípio da economicidade), razão pela qual se revela mais apropriado à preservação do interesse público.

Ressalte-se que a consignação compulsória não poderá deixar de atender a Lei nº 869/52 que determina em seu art. 270 que o desconto deve ser realizado na alíquota máxima de 20% (vinte por cento) da remuneração.

CAPÍTULO V – Das Penalidades

Art. 269 - *Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque ou omissão em efetuar recolhimento ou entradas nos prazos legais. (Vide § 1º do art. 4º e art. 29 da Constituição do Estado de Minas Gerais.)*

Art. 270 - *Fora dos casos incluídos no artigo anterior, a importância da indenização poderá ser descontada do vencimento ou remuneração, não excedendo o desconto à quinta parte de sua importância líquida.*

Parágrafo único - *O desconto poderá ser integral, quando o funcionário, para se esquivar ao ressarcimento devido, solicitar exoneração ou abandonar o cargo. (Vide § 1º do art. 4º e art. 29 da Constituição do Estado de Minas Gerais.)*

Por fim, entendemos que se for constatado pagamento indevido no momento em que o servidor não mais integrar a folha de pagamento da Hemominas, mas permanecer vinculado a outro órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual caberá a consignação compulsória. Tal reposição deverá ser efetuada nos termos da Lei nº 19.490/2011 não sendo cabível a instauração de Tomada de Contas Especial.

MMA



2. Servidor não integrante das folhas de pagamentos do governo

Ainda que o servidor beneficiado indevidamente não integre mais o quadro de pessoal do Poder Executivo Estadual deverá ser instaurado o processo administrativo previsto na Lei nº 14.184, de 31/01/2002, e regulamentado pela Resolução SEPLAG nº 37, de 12/09/2005. Concluído tal procedimento sugerimos notificar o ex-servidor a ressarcir os cofres públicos estaduais estabelecendo prazo para tal e demonstrando a memória de cálculo do valor, atualizado monetariamente. Recomendamos anexar à notificação o Documento de Arrecadação Estadual (DAE), devidamente preenchido, e ainda, mencionar no documento que caso o pagamento não seja realizado no prazo estabelecido a Tomada de Contas Especial será instaurada.

Vencido o prazo da notificação e na ausência de pagamento do débito ou qualquer manifestação do ex-servidor o valor deverá ser inscrito na conta contábil "Diversos Responsáveis", conforme determina o art. 50 do Decreto nº 37.924/1996, e a Tomada de Contas Especial instaurada para emissão do título executivo pelo Tribunal de Contas do Estado.

A Tomada de Contas Especial terá sua fase interna desenvolvida normalmente nos termos da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº 01/2002. Ao fim da fase interna os documentos que comprovam o débito deverão ser encaminhados à Advocacia Geral do Estado ou à Procuradoria da Fundação, conforme o caso, para inscrição em dívida ativa nos termos das Leis Federais nº 4.320 e 6.830, e ainda, para avaliação se ajuíza ação de cobrança ou utiliza outros meios de cobrança nos termos da Lei nº 19.971/2011 e do Decreto nº 45.989/2012.

As contribuições previdenciárias recolhidas indevidamente deverão ser objeto de processo de restituição junto às entidades consignatárias.

Na configuração de pagamentos de vantagens e benefícios indevidos a servidores, a responsabilidade do taxador, em regra, se limita à aplicação do Estatuto do Servidor, Lei nº 869/52, ficando a responsabilidade pela devolução do recurso aquele que o recebeu indevidamente.

Wsa



CONCLUSÃO

Ante o exposto e em face da consulta ora apresentada recomendamos que os valores pagos indevidamente aos servidores sejam consignados compulsoriamente em suas folhas de pagamento para aqueles que continuam com o vínculo funcional com a administração pública do Poder Executivo Estadual. No entanto, se o beneficiário já se desligou do serviço público estadual e se recusou a efetuar o ressarcimento após notificação, deverá ser instaurada a Tomada de Contas Especial.

Diretoria Central de Coordenação de Tomadas de Contas Especiais/Controladoria-Geral do Estado, em Belo Horizonte aos 09 de julho de 2012.

Denise Nascimento de Sá.
DENISE NASCIMENTO DE SÁ
Diretora da DCTE/SCAT

Henrique Hermes Gomes de Moraes
HENRIQUE HERMES GOMES DE MORAES
Diretor da SCAT/SCG

Eduardo Fagundes Ferdinandino
EDUARDO FAGUNDES FERNANDINO
Subcontrolador de Auditoria e Controle de Gestão

De acordo.

Plínio Salgado
PLÍNIO SALGADO
Controlador Geral do Estado